

estado-providência

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 13 • 2013

# O CAPITALISMO PÓS-INDUSTRIAL

Fábio Konder Comparato

**Fabio Konder Comparato**, Doutor em Direito da Universidade de Paris. Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra.

## Origem da expressão *sociedade pós-industrial*

Ela aparece pela primeira vez na França, sob a pena de Alain Touraine, em livro publicado em 1969 (*La société post-industrielle*), e volta a ser empregada por Daniel Bell nos Estados Unidos, em 1973 (*The Coming of Post-Industrial Society*).

Sua origem coincide com as manifestações de revolta popular espontânea, ocorridas em vários países ao redor do mundo, a partir de meados dos anos 60 do século XX, e que denotavam uma ruptura com os padrões sociais estabelecidos pela civilização capitalista no século XIX.

Nos Estados Unidos, a revolta contra a guerra do Vietnã irrompeu em 1964 no meio estudantil e só veio a terminar em 1973, espalhando-se entretanto para várias camadas sociais: mães de soldados enviados ao Vietnã, *hippies* em rebeldia contra o *establishment*, professores universitários, o clero cristão (inclusive freiras católicas), e até mesmo militares reformados.

Na França, a rebeldia começou igualmente no meio estudantil – não só estudantes universitários, mas também alunos do curso médio –, e estendeu-se desde logo aos trabalhadores assalariados, artistas e jornalistas, com um propósito único: fazer cessar todas as manifestações de autoritarismo na política, nas empresas, no serviço público, nas escolas e universidades, nas organizações religiosas. Em maio de 1968 é lançada a proposta de greve geral, que paralisou o país inteiro. O general de Gaulle, então Presidente da República, inteiramente surpreendido pelos acontecimentos, manifesta sua incapacidade para reagir com sucesso, e depois de idas e vindas, inclusive com dissolução da Assembléia Nacional e a realização de novas eleições, decide convocar um referendo para aprovação de mudanças menores na estrutura das instituições políticas. Com a rejeição popular de sua proposta, ele renuncia imediatamente à chefia do Estado.

Com base nesses acontecimentos, Alain Touraine anteviu uma radical mudança nas estruturas sociais, com a substituição da dominação econômica pela dominação cultural. Quanto a Daniel Bell, mais apegado à realidade, assinalou três características fundamentais da prenunciada nova sociedade: a mudança do foco principal da atividade econômica, da produção industrial para a prestação de serviços; a supremacia das indústrias baseadas no novo saber tecnológico, notadamente a informática e a robótica; e uma nova estratificação social, com o aparecimento de uma elite de poder (a *power elite* de C. Wright Mills),<sup>1</sup> dotada de apreciável saber técnico.

Os fatos vieram demonstrar que Bell tinha razão: o grande empresariado, mais uma vez na História, soube reagir inteligentemente aos desafios econômicos e sociais que irromperam nos anos 60 do século XX, e engendrou um novo capitalismo, agora pós-industrial.

Vejamos a seguir os seus principais desdobramentos.

## **As mudanças radicais no sistema de produção industrial e o rápido crescimento da economia de serviços**

O advento da era da informática foi uma verdadeira revolução em todos os setores da vida social. No campo da produção industrial, ela mudou substancialmente as técnicas

---

<sup>1</sup> Cf. Capítulo 5º, II – “Efeitos Mundiais da Revolução Industrial”. *O advento da sociedade de massas*.

produtivas, introduzindo não só a automatização generalizada, como o comando do aparato produtivo à distância por meio de computadores.

Sob o aspecto social, o principal resultado dessa transformação básica do sistema produtivo – resultado acolhido com grande satisfação no meio empresarial – foi a redução substancial do número de empregados necessários ao funcionamento da maquinaria industrial. Casos houve em que toda uma fábrica pôde funcionar sem nenhum empregado no local, sendo o conjunto todo controlado por computadores, a partir de outra localidade.

Inútil dizer que a reação, muitas vezes violenta, do meio sindical a tais mudanças no padrão produtivo não evitou, minimamente, a permanência e expansão do novo sistema.

Felizmente para a massa trabalhadora, concomitantemente a tais mudanças teve início um processo de apreciável expansão nas atividades empresariais de serviços, ligados ou não à indústria ou ao comércio. Esse outro fenômeno, provocado em grande parte pela crescente urbanização da vida social, foi muito estimulado pelo movimento dito neoliberal, que se espalhou rapidamente a todo o orbe capitalista, e recebeu novo impulso com a liquidação da União Soviética no final do século XX. Serviços que, antes, eram desenvolvidos pelos Poderes Públicos, no quadro do Estado do Bem-Estar Social, tais como a educação e a saúde, passaram em pouco tempo a ser explorados por empresas privadas.

É o que passamos a ver.

### **A expansão mundial do neoliberalismo e a chamada globalização**

A crise mundial do petróleo, desencadeada subitamente em 1973, quando os países-membros da OPEC (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiram reduzir o fornecimento do produto e aumentar substancialmente o seu preço, provocou uma acentuada queda do crescimento econômico em todos os países, combinada com altas taxas de inflação monetária e de desemprego. Foi o fenômeno da assim chamada *estagflação*, patologia econômica que voltou a se repetir, sobretudo na Europa, após o início da grande recessão de 2008. Seu tratamento revelou-se muito difícil, pois as medidas de política econômica, classicamente aplicadas para debelar a inflação, tendem a reduzir ainda mais a produção e a acelerar o desemprego.

Ao mesmo tempo, essa crise energética – repetida em 1979, logo após a revolução iraniana – teve como resultado um aumento expressivo das reservas monetárias dos países produtores de petróleo, em especial no Oriente Médio. A fim de não deixar tais recursos ociosos, tais países passaram então a fazer, por intermédio de alguns grupos bancários internacionais, grandes ofertas de crédito em outras regiões do planeta, não só às empresas privadas, mas também aos próprios Estados estrangeiros, sobretudo em países subdesenvolvidos. Para se ter uma idéia do espantoso aumento da dívida externa nestes últimos países, basta lembrar que o seu montante global, que era de 38 bilhões de dólares em 1965, passou a 68 bilhões em 1970, a 260 bilhões em 1977, e pulou para cerca de 740 bilhões em 1985. Tal endividamento representava quatro a cinco vezes o montante das reservas monetárias dos países mais

pobres, e cerca de duas vezes e meia o das reservas dos países classificados como de “renda intermediária”.<sup>2</sup>

O fenômeno da *estagnação* provocou de imediato, em todas as potências capitalistas, uma acentuada queda na acumulação do capital das empresas, com a consequente redução nos níveis de riqueza pessoal do estrato mais rico das populações.

Foi a incitação para a busca de um novo modelo de organização geral da atividade econômica. As ideias originalmente expostas por Friedrich Hayek, logo após a Segunda Guerra Mundial, ressurgiram na Universidade de Chicago, em torno de Milton Friedman, cunhando-se para caracterizá-las a denominação de *neoliberalismo*. Tais ideias foram em seguida organizadas por John Williamson no chamado *Consenso de Washington*, e difundiram-se mundo afora, no contexto do que se passou a denominar *globalização*. A nova ideologia passou a contar, desde logo, com o apoio político dos Estados Unidos, sob a presidência de Ronald Reagan, e do Reino Unido, sob a batuta da primeira-ministra Margaret Thatcher.

Eis as recomendações principais da doutrina neoliberal.

1. Redução acentuada dos poderes do Estado na regulação da vida econômica e também dos direitos sociais, a fim de assegurar, segundo se garantia, maior eficiência na atividade empresarial.
2. Privatizações em massa de empresas, mesmo nos setores de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações), bem como no setor de serviços públicos.
3. Generalizada abolição dos regulamentos administrativos em matéria econômica, mesmo nos setores em que tradicionalmente tais regulamentos sempre existiram, como crédito, câmbio, seguros, mercado de capitais, circulação internacional de capitais e comércio exterior.
4. Mudanças na política financeira estatal, com a eliminação dos déficits públicos, a redução da carga tributária (substituída em grande parte pela emissão de empréstimos públicos), e a supressão de subsídios estatais a certas atividades econômicas.

A mais grave consequência da política neoliberal, estendida em pouco tempo ao mundo inteiro, foi, sem dúvida, a precarização do conjunto dos direitos da classe trabalhadora. Essa exclusão social de populações inteiras era inimaginável para os autores do *Manifesto Comunista*. Marx e Engels, com efeito, em sua análise do capitalismo, haviam partido do pressuposto de que o capital sempre dependeria do trabalho assalariado; o que daria aos trabalhadores unidos a força necessária para derrotar o capitalismo, no embate final da luta de classes. Ora, esse pressuposto não se confirmou. No final do século XX, ficou patente, em todas as partes do mundo, que a massa trabalhadora havia se tornado um insumo perfeitamente dispensável no sistema capitalista de produção. “O que se nos depara”, escreveu Hannah Arendt muito antes do advento do neoliberalismo<sup>3</sup>, “é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores

---

<sup>2</sup> Cf. BEAUD, Michel — *Histoire du Capitalisme 1500-2010*. 6ª ed. Paris: Éditions du Seuil, 2010. p. 330/331.

<sup>3</sup> *A Condição Humana*. Forense Universitária, Salamandra Consultoria Editorial, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 13. A edição original norte-americana, sob o título *The Human Condition*, foi publicada em Chicago em 1958.

sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta”. E acrescentou com razão: “Certamente, nada poderia ser pior”.

A partir dos anos 80 do século XX, teve início, no mundo todo, o processo dito de **exclusão social**, em que parcelas cada vez mais amplas da população passaram a ser excluídas de toda proteção contra as adversidades sociais. Indivíduos e grupos sociais, cada vez mais numerosos, perderam com isso a sua plena condição de titulares de direitos econômicos e sociais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, patrocinada pela ONU e reunida em Viena em junho de 1993, em sua Declaração e Programa de Ação, afirmou que “a extrema pobreza e a exclusão social constituem uma violação da dignidade humana”, e instou os países participantes a tomar medidas eficazes para pôr cobro a essa situação.

Quanto à nova política tributária preconizada pelos ideólogos do neoliberalismo, ela veio acentuar sobremaneira a desigualdade econômica nos países que a aplicaram. Enquanto a tributação sobre o patrimônio e a alíquota do imposto de renda progressivo foram substancialmente reduzidas – nos Estados Unidos, a alíquota máxima caiu de 78 a 28% –, a alíquota dos impostos de consumo – que oneram todas as classes sociais de modo uniforme, sem levar em conta o patrimônio pessoal do contribuinte – permaneceu a mesma, ou foi aumentada. Concomitantemente, os empréstimos públicos passaram a ser lançados com juros mais elevados, onerando o Estado.

Em conseqüência, as classes ricas foram duplamente beneficiadas: doravante pagavam menos impostos diretos e auferiam renda elevada com aplicações em títulos do Tesouro Público. Por outro lado, com a livre circulação internacional de recursos monetários, somas colossais de dinheiro foram atraídas para aplicação em países cuja taxa oficial de juros era elevada, desestabilizando a relação cambial nos países receptores. Acontece que, da mesma forma como entravam nesses países, tais recursos monetários podiam sair em tempo real, como se diz no jargão informático, ou seja, com um simples toque de computador.

A política de ampla transformação da ação estatal em atividades empresariais privadas, sobretudo nos setores de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações), e nas áreas prioritariamente reservadas pelo Estado do Bem-Estar Social ao serviço público – como educação, saúde e previdência social – acarretou um substancial enfraquecimento dos poderes de direção estatal da economia, e um correspondente fortalecimento do poder capitalista. Tornou-se, com isso, praticamente impossível cumprir os novos mandamentos referentes à realização do princípio da igualdade social, e dos direitos fundamentais que dele decorrem, inscritos em tratados internacionais e em várias Constituições do final do século XX.

Acresça-se que o poder capitalista, nas áreas extensamente ampliadas pela política de privatização, passou doravante a operar em grande parte livre da supervisão estatal, em razão da política de desregulamentação administrativa pregada pela ideologia neoliberal. Com isso, como não poderia deixar de ser, ampliou-se e aprofundou-se ainda mais a desigualdade social.

Importa, agora, dizer algumas palavras sobre a chamada globalização.

Não há, a rigor, nenhuma precisão conceitual no uso do vocábulo. Alguns atribuem-lhe o significado de unificação da humanidade, graças ao estabelecimento de um sistema mundial de comunicações, pelas vias de transporte e pela internet.

Nesse sentido, enfatizado pelos ideólogos neoliberais, tratar-se-ia de um extraordinário benefício do capitalismo. Outros preferem salientar, pelo emprego da palavra, o surgimento de um mercado mundial.

Filio-me a esta segunda corrente de pensamento. Entendo que a globalização veio reproduzir, no plano internacional, a mesma estrutura ternária das atividades econômicas, existente no interior de cada país, e posta em foco por Fernand Braudel, como exposto na Introdução desta obra. Ou seja, aos dois setores tradicionais – o das transações econômicas no interior de cada país e a área do comércio exterior – a globalização acrescentou um novo setor, constituído pelo grupo de macro-empresas que passou a dominar o mercado mundial.

Foi justamente no último quartel do século XX que este setor dominante das relações econômicas internacionais logrou se formar, fixando preços e condições de atuação em todas as áreas. Sem dúvida, como veremos logo a seguir, o acento tônico foi posto nas atividades financeiras. Mas isso não impediu que também a grande indústria e o setor de distribuição de bens se aproveitassem desse *status* de dominação do mercado mundial.

Na verdade, seguindo a lei própria de desenvolvimento da economia capitalista, essa nova organização do mercado mundial contou com o apoio decisivo das grandes potências políticas. Doravante, aliás, aos Estados Unidos, certos países da União Europeia e o Japão, veio juntar-se o vigoroso capitalismo de Estado da República Popular China.

É importante também salientar que o movimento de globalização passou a receber o apoio de um revigorado poder ideológico, constituído pela organização internacional de grandes empresários, para a defesa de seus interesses.

A primeira e até hoje mais importante dessas organizações supra-nacionais de empresários é o Fórum Econômico Mundial, criado em 1971 com sede em Genebra, na Suíça. Ele é composto de mil empresas multinacionais ou transnacionais, classificadas entre as mais importantes no seu setor de atividades, e realizando cada qual um volume anual de negócios não inferior a 5 bilhões de dólares. O Fórum foi admitido como membro observador junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e já abriu escritórios regionais em Nova Iorque e Pequim.

Voltando agora à prática empresarial do pós-industrialismo, não se pode deixar de assinalar que o êxito dos países produtores de petróleo em sua atividade financeira mundial impressionou fundamentalmente os líderes empresariais capitalistas no mundo inteiro. Consolidou-se, em toda parte, a convicção de que as operações de crédito e de especulação no mercado de capitais geravam lucros muito maiores do que a clássica produção industrial.

Ao mesmo tempo, porém, diante dos mercados saturados nas grandes potências capitalistas, as empresas industriais nela sediadas buscaram deslocar uma parte cada vez maior de suas atividades para os países do então chamado Terceiro Mundo, o que acabou por gerar mudanças importantes no quadro mundial do capitalismo.

### **Alteração geral das relações de poder no plano internacional**

Logo após a extinção da União Soviética, no último decênio do século anterior, vários observadores sustentaram que o mundo bipolar do pós-guerra seria substituído pelo domínio internacional de uma única potência: os Estados Unidos. Pouco depois,

porém, ficou patente que o espantoso crescimento econômico chinês não era simples efeito de conjuntura. Como bem predissera Napoleão, “quando a China acordar, o mundo inteiro tremerá”. O antigo Império do Meio tornou-se, desde os primeiros anos do século XXI, a segunda grande potência mundial, não só sob o aspecto econômico, mas também militar, passando a influir decisivamente na evolução dos demais países asiáticos e africanos.

Concomitantemente, outras mudanças de relevo ocorreram na cena internacional.

A primeira delas foi alteração da estrutura de confronto entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Um dos aspectos mais importantes da chamada globalização capitalista foi a criação de empresas multinacionais e transnacionais; as primeiras operando mediante subsidiárias registradas em outros países, e as segundas, pela criação de redes locais de fornecedores, montadores e distribuidores, a elas ligados por contrato. As empresas transnacionais, portanto, limitam-se a definir estratégias de produção mundial, atuando taticamente para explorar as condições mais vantajosas em matéria de fornecimento e distribuição de bens, montagem de fábricas, ou prestação de serviços, em qualquer parte do mundo.

A escolha dos países estrangeiros onde as grandes empresas industriais passam a operar obedece ao critério do baixo custo de produção, notadamente baixos salários da mão-de-obra, ou mesmo situações de trabalho escravo, e tributos reduzidos ou praticamente inexistentes. O economista Jeffrey Sachs estimou em 2011 que as grandes empresas multinacionais norte-americanas têm mais da metade da sua força de trabalho fora dos Estados Unidos, e que 25% de seus lucros provêm de sua atividade no exterior, contra apenas 5% na década de 60 do século XX.<sup>4</sup>

Ora, esse deslocamento espacial das atividades industriais, para além das fronteiras nacionais, produziu ou estimulou a industrialização de vários países, anteriormente considerados subdesenvolvidos. Três deles – Brasil, Índia e China – decidiram, juntamente com a Rússia, associar-se internacionalmente no início do século XXI, formando o que se convencionou denominar BRICs (sigla das iniciais desses países). Posteriormente, a África do Sul juntou-se a eles.

Hoje, considera-se que o quadro mundial de países, classificados segundo o montante de seu produto interno bruto (PIB), compreende várias espécies: países extremamente pobres, pobres, medianos, ricos e extremamente ricos.<sup>5</sup>

É preciso, no entanto, lembrar o surgimento de outra relevante alteração no quadro geral das relações internacionais, de caráter não apenas militar, mas também indiretamente econômico: a expansão do terrorismo islamita no Oriente Médio, na Ásia e na África. Ele veio pôr a nu o poderio incontrolável da indústria de armamentos no mundo inteiro.

## **O advento do capitalismo financeiro e especulativo**

Uma das principais justificativas do sistema capitalista, apresentadas pelos seus intelectuais orgânicos (para usarmos a consagrada expressão de Gramsci), sempre foi

---

<sup>4</sup> Cf. *The Price of Civilization – Reawakening American Virtue and Prosperity*.

<sup>5</sup> Cf. LANGOUËT, Gabriel – *Les inégalités entre états et populations de la planète – Trop, c'est trop!*. Paris: L'Harmattan, 2011.

a de que, embora provocando necessariamente uma situação de desigualdade sócio-econômica, ele é insuperável em matéria de produção de bens.

Essa argumentação clássica deixa de lado o fato de que o valor supremo na civilização capitalista é a busca da realização empresarial do lucro máximo, como forma de gerar um contínuo aumento do capital; pois este é, antes de tudo, um instrumento de poder econômico, político e ideológico.

Isto explica que a recessão mundial do último quartel do século XX levou o grande empresariado a mudar o foco de suas atividades, da indústria e do comércio para o setor financeiro e especulativo, pouco se importando com as consequências macro-econômicas que tal mudança provocaria. Estima-se, assim, que, se em 1997 o conjunto das transações financeiras em todos os países representavam 15 vezes o PIB mundial, em 2011 elas equivaliam a 70 vezes o total da produção mundial.

O resultado é que, um pouco em toda parte, as empresas se descapitalizaram, e os empresários passaram a desviar recursos da produção, para aplicações financeiras. Desde o último quartel do século XX, as emissões líquidas de ações têm sido em média negativas, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa e no Japão. As ações foram artificialmente valorizadas em Bolsa, não só pela farta distribuição de dividendos, mas também mediante operações de resgate e compra, pelas empresas, de suas próprias ações, assim como pela emissão maciça de opções de compra (*stock options*), distribuídas generosamente aos administradores; sem falar na sobre-remuneração destes últimos mediante a distribuição de bônus de fim de exercício. Ora, para realizar todas essas benesses, era obviamente necessário aumentar ao máximo os ativos líquidos e abandonar os programas de investimento. O que implicou, como é fácil imaginar, o sacrifício do futuro da empresa, com a demissão em massa dos trabalhadores.

As fusões e incorporações empresariais, por sua vez, passaram a ser utilizadas, não apenas para aumentar a concentração de capital, mas preponderantemente para dinamizar a liquidez das empresas, permitindo maior distribuição de lucros e outros ganhos pecuniários. O efeito objetivado com tais operações já não foi, como no passado, a concentração do capital, mas simplesmente a redução ao máximo das despesas (o famoso *down-sizing*), sobretudo as de natureza trabalhista.

A febre financeira e especulativa desenvolveu-se rapidamente nas grandes potências capitalistas, a começar pelos Estados Unidos. Como sucede com algumas febres em animais, produziram-se erupções que os economistas denominaram *bolhas* – isto é, o crescimento incontrolado de um setor econômico, desvinculado do valor real dos bens por ele representado – bolhas essas interligadas, e que acabaram por estourar. Houve, assim, de um lado, a bolha financeira, e, de outro lado, várias bolhas especulativas: de valores mobiliários (antigos e novos), de mercadorias, de imóveis, todas elas ligadas aos contratos de *hedging*, como veremos a seguir.

A rigor, tais cânceres puderam desenvolver-se livremente, em razão da sistemática ausência de controle por parte dos Poderes Públicos, no quadro da ideologia neoliberal.

Em matéria de crédito, no plano nacional, o foco deslocou-se da produção para o consumo de massa de mercadorias e serviços. Abriram-se várias facilidades para o acesso das camadas menos abonadas da população ao crédito bancário, criando-se em particular cartões de crédito, os quais substituíram em parte os cheques.

Teoricamente, tratava-se de uma forma indireta de estimular a produção. Na realidade, porém, diante da maior lucratividade que tais operações ofereciam

ao empresariado, este foi aos poucos deslocando sua atividade da indústria e do comércio para o sistema financeiro.

No plano internacional, a multiplicação dos chamados petrodólares, a partir dos anos 70 do século XX, engendrou em pouco tempo o super-endividamento dos países subdesenvolvidos, que passaram a ser sugados pelos bancos credores estrangeiros. O mecanismo posto em prática por estes últimos, com esse objetivo, consistiu em reportar constantemente os vencimentos das dívidas, desde que os países devedores consentissem em pagar juros mais elevados. Assim é que o montante total das dívidas contraídas por esses países, que era de 70 bilhões de dólares no início da década de 70, atingiu 3.545 bilhões em 2005. Durante todo esse tempo, os países devedores pagaram em juros uma quantia equivalente a 110 vezes o valor da dívida inicial.<sup>6</sup>

Outro setor da economia onde, em vários países, surgiram tais bolhas foi o imobiliário. Em 2005, a revista *The Economist* notava um rápido aumento do preço dos imóveis, não só nos Estados Unidos, mas também em várias outras economias desenvolvidas. Estimou-se que o valor médio do conjunto dos imóveis residenciais, em tais países, passara em cinco anos de 30 a 70 trilhões de dólares, ou seja, mais do que dobrara.

Nos Estados Unidos, a partir do início do século XXI, abriram-se novas facilidades de crédito para a aquisição de bens imóveis pelas camadas mais baixas da população (*subprime lending*). Os contratos dessa espécie, no total dos financiamentos bancários, passaram de 8% a 20% em apenas dois anos: de 2004 a 2006.

Em quase todos esses financiamentos, as instituições financeiras norte-americanas estipularam cláusulas de reajuste das taxas de juros, em função de um parâmetro definido; em geral, a *London Interbank Offered Rate*, conhecida pela sigla LIBOR. Trata-se, hoje, da taxa de indexação monetária mais usada no mundo. Para se ter uma idéia de sua importância, basta dizer que, segundo estimativas confiáveis, há atualmente cerca de 800 trilhões de dólares em contratos vinculados à LIBOR. Ora, como foi comprovado após o desencadear da grande recessão de 2008, as principais instituições bancárias – Barclays, Citigroup, HSBC, J.P. Morgan Chase, Lloyds, Bank of America, UBS – passaram a manipular essa taxa de referência em seu próprio benefício.

O resultado não se fez esperar: diante do aumento constante do valor das prestações contratuais, um número considerável de mutuários tornou-se insolvente. Como tais contratos serviram, em grande parte, de base para a emissão de valores mobiliários, os quais por sua vez formaram o patrimônio de fundos de investimento, as insolvências precipitaram-se em cadeia, afetando em pouco tempo o conjunto da economia norte-americana, e espalhando-se mundo afora.

De se notar que um fenômeno análogo já havia ocorrido no Japão vários anos antes, sem que os demais países, notadamente os Estados Unidos, ficassem de sobrevivo quanto à sua possível repetição.

Outra bolha foi criada no setor de matérias-primas, notadamente os produtos agrícolas. Seus preços, inflados pela especulação internacional, aumentaram sem cessar desde o início do século XXI. Segundo estimativas da FAO – Agência das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em razão do crescimento descomunal dos

---

<sup>6</sup> Cf. MILLET, Damien; TOUSSAINT, Eric (orgs.) — *La Dette ou la Vie*. Comité pour l'annulation de la dette du tier-monde. Bruxelles: Éditions Aden, 2011.

preços dos produtos agrícolas, o número de pessoas subnutridas no mundo aumentou em 40 milhões, somente em 2008.

Na verdade, na origem de todos esses desastres esteve a especulação desenfreada.

Nos primeiros séculos do desenvolvimento capitalista, a moral burguesa condenou toda e qualquer modalidade de jogo ou aposta, considerando-a como um vício pessoal, que punha em sério risco o patrimônio familiar e o capital das empresas. Sem dúvida, sempre houve, em todas as épocas, grandes especuladores, como o famoso John Law no século XVIII.<sup>7</sup> Mas eles eram tidos como malfeitores altamente perigosos.

Essa mentalidade de absoluto repúdio à especulação nos negócios desapareceu no último quartel do século XX. Os líderes capitalistas passaram a construir novas espécies de contratos e organizações, com o objetivo de arrecadar fundos, não só de particulares como de governos, a fim de especular em vários mercados. Dentre esses novos esquemas negociais de natureza especulativa, convém destacar os chamados contratos de *derivativos* e de *swap*, e os fundos de *hedge*. Todos eles surgiram de início como forma de proteção econômica, e acabaram em seguida descambando para o jogo e a aposta.

Os contratos de *derivativos* nasceram no mercado de produtos agrícolas de Chicago, nos anos 80 do século XX. Tais produtos apresentam algumas singularidades em relação a outras mercadorias. Em primeiro lugar, porque a quantidade oferecida à venda, no mercado internacional, é muito menor do que aquela destinada ao consumo dentro de cada país produtor. Assim, o comércio internacional de cereais gira no máximo com 10% da produção mundial; o que significa que uma variação, ainda que mínima, na demanda para consumo nacional, para mais ou para menos, afeta fortemente o preço do produto no mercado internacional. Por outro lado, os produtos agrícolas, muito mais do que outras mercadorias, são sujeitos aos riscos climáticos (seca, inundação, incêndios, pragas).

Em razão disso, teve-se a ideia de realizar vendas a termo (*future contracts*, como se diz no mercado norte-americano), com um preço pré-fixado.<sup>8</sup> Com isto, os agricultores protegiam-se contra a queda nos preços; e em caso de aumento do preço de mercado em relação ao fixado no contrato, o comprador auferia um lucro. Tais contratos, transformados valores mobiliários, passaram a ser negociados nas Bolsas de Mercadorias.

Nos anos 90 do século XX, a febre especulativa, que tomou conta dos mercados de matérias-primas no mundo todo, fez dos contratos de derivativos um dos títulos preferidos para a composição de fundos de investimento. Segundo o relatório de 2008 da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), a especulação mundial com matérias-primas aumentou em 2.300%, entre 2003 e 2008. Ao examinar o assunto em 2009, uma comissão de inquérito do Senado norte-americano revelou que apenas seis fundos de investimento detinham nada menos do que 130.000 contratos de derivativos sobre trigo. Em 2011, a FAO estimou que apenas 2% de contratos

---

<sup>7</sup> Ele aparece com destaque no livro famoso de MACKAY, Charles — *Extraordinary Popular Delusions and The Madness of Crowds*. publicado originalmente em 1841, e reeditado nos Estados Unidos em 2012.

<sup>8</sup> Um precedente histórico desse tipo de contrato existiu com o arroz em Dojima, no Japão, no século XVIII. À época, o arroz substituíra a moeda como meio de pagamento, sendo que o estamento dos samurais recebia seus estipêndios em arroz.

dessa espécie concluíam-se pela venda efetiva das mercadorias ao contratante original; 98% deles eram revendidos para especuladores antes do vencimento.

Outra especulação desenfreada, provocada pela desregulamentação estatal, e estimulada pela utilização dos recursos da informática, tomou conta do mercado financeiro e de valores mobiliários.

Vale a pena lembrar que Adam Smith – que cunhou a famosa metáfora da “mão invisível” a regular racionalmente os mercados, independentemente de quaisquer leis ou regulamentos – fez uma grande exceção a esse princípio em matéria financeira. Pouco antes da publicação de *A Riqueza das Nações*, em 1776, ele assistira ao estouro de uma bolha financeira, que causou a quebra de 27 dos 30 bancos que então existiam na capital da Escócia, Edimburgo. Em razão disso, Adam Smith fez questão de frisar, no livro II, capítulo II, do seu livro, que a lógica de um mercado livre e concorrencial não deveria aplicar-se ao setor financeiro. Tal recomendação, escreveu ele, “pode parecer uma violação da liberdade natural de alguns indivíduos, mas essa liberdade de alguns poderia comprometer a segurança de toda a sociedade. Assim como em relação à obrigação de construir muros para impedir a propagação dos incêndios, os governos, tanto nos países livres como nos países despóticos, devem regular o comércio dos serviços bancários”.

Os ideólogos do neoliberalismo fecharam os olhos a essa sábia advertência, e o desastre do mercado bancário, intimamente ligado ao mercado de capitais, não se limitou a uma só praça, como na época de Adam Smith, mas estendeu-se ao mundo inteiro.

Nos Estados Unidos, o *Glass-Steagall Act* de 1933, que levantara barreiras intransponíveis entre a atividade bancária e a negociação de valores mobiliários, foi revogado em 1999. No ano seguinte, o *Commodity Futures Modernization Act* veio excluir de toda regulamentação os negócios no mercado com os derivativos, qualquer que fosse o risco neles embutido.

Na Europa, uma diretiva do Conselho Europeu sobre instrumentos financeiros desregulamentou a organização de todas as Bolsas de Valores, desorganizando o mercado de capitais. A regulação desse mercado sempre teve em mira garantir a maior liquidez possível nas transações com valores mobiliários – ou seja, permitir que o maior número de ofertas de venda corresponda ao maior número de ofertas de compra –, dentro dos necessários parâmetros de segurança. O objetivo final era permitir o financiamento direto das empresas junto aos investidores.

Com a abolição dessas tradicionais regras de racionalidade econômica, o cavalo da especulação tomou o freio nos dentes e iniciou uma corrida desnorteada. Pulularam então os mais aberrantes mecanismos. Por exemplo, os *dark pools*, que consistem na realização de transações com títulos de qualquer natureza, sem revelar as condições do negócio; os *crossing networks*, que transformam os bancos em empresas corretoras, concluindo negócios entre seus clientes; as *multilateral trade facilities*, ou sistemas multilaterais de negociação, que substituem o pregão da Bolsa.

Com a utilização dos processos da informática, esse desvario atingiu o auge. Quando da falência de um banco, verificou-se, assim, que um único dos seus agentes de negociação no mercado de valores mobiliários (*traders*), pelo simples manejo do computador logrou realizar, em 14 segundos, nada menos do que 27.000 operações com o mesmo pacote de títulos! Resultado: a cotação desses papéis foi reduzida a zero.

Vejamos agora os novos fundos de investimento.

Assim como nos contratos de derivativos, eles foram criados com o fito de diversificar os riscos, evitando-se as aplicações concentradas em um só, ou poucos bens rentáveis.

Daí o nome de *hedge* (cerca), que lhes foi dado. Além disso, sua rentabilidade nunca é fixa, mas vinculada a determinado parâmetro do mercado: juros interbancários, taxa cambial, variação das cotações em Bolsa de Valores ou de Mercadorias.

Acontece que o próprio mecanismo de funcionamento dos fundos de *hedge* é puramente especulativo: trata-se sempre de apostar, comprando na baixa para vender na alta, ou o contrário. Uma das singularidades de tais fundos, em relação aos tradicionais, é que eles são constituídos, não por recursos próprios, mas por empréstimos tomados no mercado pelos seus administradores. É, como se diz no jargão empresarial, operar com o máximo de *leverage*.

Diversamente dos fundos de investimento tradicionais, abertos ao grande público, os fundos de *hedge* são reservados aos investidores institucionais e aos grandes capitalistas.

O patrimônio dos fundos tradicionais era originalmente constituído por valores mobiliários emitidos pelas sociedades anônimas (ações e debêntures), e também por títulos públicos, representativos da dívida estatal. Já quanto aos fundos de *hedge*, seu patrimônio passou a ser muito mais diversificado. De início, contratos de mútuo pecuniário e contratos cambiais (compra e venda de moeda estrangeira), com a cláusula de permuta de posições entre os contratantes (*swap*). Assim, no contrato de mútuo pecuniário, os contratantes podem trocar sua posição antes do vencimento a respeito dos juros, passando de fixos a pós-fixados, ou inversamente. No *swap* de câmbio de moedas, a taxa de variação cambial pode ser trocada pela de juros pós-fixados, ou vice-versa.

Em pouco tempo, porém, o patrimônio de tais fundos passou a ser composto de toda sorte de bens especulativos. Chegou-se, assim, ao cúmulo de se criarem “fundos abutres” (*vulture funds*), especializados na aquisição de dívidas vencidas de Estados insolventes, como sucedeu com os débitos da Argentina após a moratória de 2001, provocada pelo fracasso da política neoliberal de livre conversibilidade monetária. Essas dívidas foram adquiridas por vários fundos norte-americanos, que imediatamente ingressaram com bilionárias ações judiciais de cobrança nos Estados Unidos.

Nos primeiros tempos, os cotistas de fundos de investimento eram pessoas físicas ou sociedades mercantis, especialmente instituições financeiras. Já no final do século XX, porém, outros tipos de cotistas foram admitidos, como os fundos de investimento. Com o predomínio da ideologia neoliberal a partir das últimas décadas do século, grande parte das instituições públicas de previdência social foi substituída por organizações de previdência privada, as quais passaram a aplicar seus recursos em fundos de investimento.

Acontece que todas essas instituições foram fundamente afetadas pela epidemia especulativa que tomou conta do planeta no final do século XX, levando, por exemplo, os contratos de empréstimo *subprime*, nos Estados Unidos, a compor o patrimônio de fundos de investimento.

Às vésperas da grande crise recessiva de 2008, os fundos de *hedge* proliferaram de modo extraordinário. Estimou-se, então, que havia no mundo nada menos do que 8.500 fundos dessa espécie, cujo patrimônio total – em termos de valor de mercado e não de valor real, assinala-se – alcançava a impressionante cifra de um trilhão e duzentos bilhões de dólares; ou seja, uma vez e meia o PIB brasileiro da época. Não raro, as negociações com cotas desses fundos chegaram a representar cerca de um terço do total das transações no pregão diário das Bolsas de Londres ou de Nova York.

Recursos bilionários foram assim retirados do circuito produtivo, ou do atendimento às necessidades sociais básicas, para serem esterilizados em operações de pura especulação.

Como tais fundos eram cotistas uns dos outros, e seu patrimônio fora aplicado, sobretudo, em papéis especulativos – além de funcionarem, todos eles, não com capital próprio, mas mediante recursos de empréstimo com juros extorsivos – ao se iniciar a crise recessiva mundial grande parte desse aparato postigo desfez-se num abrir e fechar de olhos.

Para encerrar este assunto e completar a descrição do perfil contemporâneo da civilização capitalista, convém lembrar o surgimento recente de duas instituições que vieram, de certa forma, concluir o ciclo universal de mercantilização da vida econômica: os fundos de investimento soberanos e os paraísos fiscais. Doravante, os próprios Estados já não se distinguem e separam das organizações empresariais, como antigamente, mas usam dos mesmos métodos de funcionamento, e perseguem – ainda que parcialmente – idêntico objetivo: acumular o máximo de lucros.

O primeiro fundo de investimento soberano (*sovereign wealth fund*) foi criado no Kuwait em 1953. Hoje, eles já são dezenas no mundo todo. Segundo a definição dada pelo Fundo Monetário Internacional, órgão associado às Nações Unidas, tais fundos são caracterizados por serem geridos ou controlados por um governo nacional; por negociarem com ativos financeiros (contratos e valores mobiliários) no longo prazo; e por seguirem uma política de investimento que visa a atingir objetivos macro-econômicos precisos.

Quanto aos assim chamados paraísos fiscais (*tax havens*), trata-se de Estados, regiões ou territórios em que certos tributos são lançados com alíquotas bem reduzidas, ou em que não há tributação de espécie alguma para estrangeiros. Ora, o que se constata atualmente – veja-se em particular o livro de Nicholas Shaxson, *Treasure Islands – Tax Havens and the Men Who Stole the World*<sup>9</sup> – é que tais refúgios tributários, ao contrário do que geralmente se acredita, não se situam na periferia do mundo capitalista, mas tendem a constituir o seu epicentro. Ainda aí, a estratégia do capitalismo de sempre esconder ou dissimular seu poder foi muito bem sucedida. Imagina-se que tais refúgios tributários são ilhas exóticas, ou territórios isolados, quando, na verdade, os principais paraísos fiscais são a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Pensa-se que os grandes beneficiários da evasão fiscal são os traficantes de drogas, os terroristas, as celebridades mundiais da canção popular ou do esporte, ou os mafiosos; quando, na verdade, são principalmente as empresas multinacionais e os bancos.

Em 2012, um relatório da organização não governamental *Tax Justice Network* estimou que entre 21 e 32 trilhões de dólares achavam-se abrigados nos paraísos fiscais do mundo todo. Se se calcular que toda essa montanha de dinheiro possa render, em estimativa conservadora, 3% de juros anualmente, e que tal rendimento pague 30% de imposto de renda, teríamos uma receita tributária de 190 a 280 bilhões de dólares, com a qual vários Estados sairiam, de imediato, de uma situação fiscal deficitária para um apreciável superávit.

Qualquer analista, dotado minimamente de argúcia e prudência, que examinasse friamente a situação econômica mundial no início do atual século, não poderia deixar de se sentir inquieto quanto às perspectivas de futuro. Se esse analista existiu,

---

<sup>9</sup> Bodley Head, Random House – Londres, 2011.

sua manifestação pública foi sem dúvida abafada pelo coro vociferante dos próceres intelectuais do neoliberalismo. E o desastre não se fez esperar.

### **A grande crise econômico-financeira mundial, deflagrada em 2008<sup>10</sup>**

É irrelevante discutir sobre a sua natureza, se se trata de um estado de recessão ou de depressão. Sem dúvida, a atual crise econômico-financeira é menos profunda do que a eclodida em 1929. Mas nada indica que ela possa ser reabsorvida em pouco tempo. O surpreendente, de qualquer modo, é que em nenhum país capitalista as mal chamadas autoridades públicas tenham se apercebido da tormenta que se avizinhava.

E, no entanto, não faltaram advertências objetivas, como a grande depressão de 1929, além de várias outras crises menores.

Em 1982, por exemplo, a economia chilena, reorganizada por jovens economistas formados na escola neoliberal de Milton Friedman da Universidade de Chicago – e por isso conhecidos como os *Chicago boys* – sofreu verdadeiro colapso. O PIB chileno caiu 14,3% em um ano, e o desemprego atingiu 23,4% da força de trabalho do país. Felizmente, essa ruína econômica produziu o bom resultado de minar o regime de terrorismo de Estado, e acabou por precipitar a queda, e em seguida a fuga, do ditador Augusto Pinochet.

O Chile, na verdade, não foi o único país latino-americano devastado pela aplicação das políticas neoliberais. Entre 1975 e 1982, o endividamento dos Estados da região junto aos bancos comerciais – o dinheiro dos petrodólares – aumentou em uma média anual de 20,4%; o que provocou a quadruplicação do endividamento total da região, entre 1975 e 1983: de 75 bilhões a mais de 315 bilhões de dólares. No mesmo período, o montante do serviço da dívida, ou seja, dos juros devidos, subiu de 12 para 66 bilhões. Tudo isso, conjugado a altas taxas de inflação, levou alguns países, notadamente a Argentina, a uma situação de insolvência. Em consequência, entre 1980 e 1985, a renda *per capita* na América Latina como um todo decresceu quase nove pontos percentuais.

Praticamente na mesma época, a febre especulativa irrompeu também no Extremo Oriente.

Nos anos 80, o Japão viu crescer assustadoramente uma bolha imobiliária, vinculada à desregulação radical do mercado financeiro e de capitais. Atingido o seu cume, os preços de mercado dos imóveis e a cotação dos valores mobiliários principiaram a cair, sem cessar, até 2009. Estima-se que, ao cabo desse ciclo declinante, dezenas de trilhões de dólares, em valor de mercado, tenham se evaporado.

Em julho de 1997, a moeda tailandesa, até então vinculada ao dólar norte-americano, foi bruscamente desvalorizada. Tratava-se de enfrentar o super-endividamento externo do país, que provocara a sua falência. Aliás, essa situação insustentável não ocorreu

---

<sup>10</sup> Sobre o assunto, cf., entre outras obras, CHOSSUDOVSKY, Michel; MARSHALL, Andrew Gavin (orgs.) – *The Global Economic Crisis – The Great Depression of the XXI Century*. Global Research, 2010; DULLIEN, Sebastian; KOTTE, Detief J.; MÁRQUEZ, Alejandro; PRIEWE, Jan (orgs.) – *The Financial and Economic Crisis of 2008-2009 and Developing Countries*. United Nations, 2010; STIGLITZ, Joseph E. – *Free Fall – America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. W. W. Norton & Company, 2010; CALHOUN, Craig; DERLUGHIAN, Georgi (orgs.) – *Business as Usual – The Roots of the Global Financial Meltdown*. Social Research Council; New York University Press, 2011.

apenas na Tailândia, mas também nos nove outros membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O endividamento externo desse conjunto de países passou do equivalente a 100% do seu produto interno global a 180%, entre 1993 e 1997. A crise espalhou-se imediatamente a toda a região, compelindo o Fundo Monetário Internacional a emprestar 40 bilhões de dólares à Coreia do Sul, à Tailândia e à Indonésia, na tentativa de pôr um paradeiro à *débâcle*. Em 1998, uma ampla revolta popular, deflagrada pelo súbito aumento geral de preços, conseqüente à desvalorização da rúpia, pôs fim à ditadura de 30 anos de Suharto na Indonésia.

Como se vê, não faltaram precedentes da grande recessão mundial que eclodiu em 2008. O que demonstra a insensatez e a completa irresponsabilidade dos governantes nacionais e dos dirigentes das grandes organizações internacionais, com poderes para atuar no campo econômico.

Os efeitos da crise mundial aberta em 2008 afetaram duramente todos os setores econômico-financeiros, com graves repercussões sobre o nível de vida e a qualidade de vida das populações do mundo inteiro.

Houve queda acentuada na taxa de crescimento do produto bruto mundial, acompanhada de séria redução no comércio internacional, com imediata repercussão sobre os níveis de consumo. Já nos primeiros meses da crise, as falências se sucederam rapidamente.

A repercussão desse decréscimo generalizado na atividade econômica mundial provocou uma redução da renda global *per capita*, com acentuado aumento da pobreza. Hoje, calcula-se que quase 50 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza nos Estados Unidos, um verdadeiro recorde histórico. Por outro lado, estima-se que nos países da União Européia o número de pobres tenha aumentado em 30 milhões, somente nos primeiros dois anos da crise.

Como não poderia deixar de ser, o mercado do trabalho foi muito abalado. No início de 2012, a Organização Mundial do Trabalho afirmou que a crise mundial de desemprego havia sido a pior já registrada, assinalando que ela sobreveio quando, no mundo todo, 70% dos trabalhadores não dispunham de proteção contra o desemprego. Segundo a OIT, para equilibrar o mercado de trabalho mundial seria necessário criar, até 2020, 600 milhões de empregos; meta, ao que tudo indica, irrealizável.

Por outro lado, de acordo com o Banco Mundial, em relatório divulgado em setembro de 2012, o total de emigrantes em busca de trabalho no mundo foi acrescido de 214 milhões, entre 2005 e 2010; ou seja, um número equivalente a mais de 3% da população mundial.

O desastre econômico-financeiro mundial afetou também, duramente, as organizações internacionais. No início de 2013, a Organização Mundial da Saúde anunciou um déficit de mais de US\$500 milhões, levando-a a adotar um severo plano de austeridade financeira, que incluiu a extinção de programas para o combate de várias doenças e a demissão de quase mil funcionários.

A reação dos Poderes Públicos nacionais e das organizações internacionais diante da grande crise deixou muito a desejar. Em regra, optou-se por uma política de austeridade – que já demonstrara ser totalmente inepta em 1929 –, a qual aprofundou os níveis de miséria e pobreza, e acentuou a insegurança econômica em todos os setores. No continente europeu, por exemplo, onde vários países declararam-se insolventes, chegou-se à aberração de enfraquecer, ou mesmo suprimir, direitos sociais e econômicos

fundamentais, como o respeito ao salário mínimo, aos vencimentos dos funcionários públicos, às férias, bem como às prestações devidas no campo da previdência social.

Ora, essa incompetência das autoridades governamentais e internacionais para enfrentar a crise acabou por suscitar abalos políticos mais ou menos profundos, não só em vários países europeus e asiáticos, mas especialmente na Islândia, apontada durante algum tempo como modelo de política neoliberal a ser seguido.

Logo que iniciada a crise, em 2008, reconheceu-se que a Islândia estava em situação de insolvência. A dívida estatal externa representava 900% do PIB. Em 2009, o governo tentou aplicar medidas de austeridade, exigidas como condição para o recebimento de um empréstimo do FMI. Uma forte mobilização popular provocou a mudança de governo. Convocada nova eleição parlamentar, ela deu a maioria absoluta das cadeiras do Parlamento aos candidatos de oposição ao antigo governo. Foi então aprovada uma lei, que obrigava diretamente os cidadãos islandeses a reembolsar aos credores estrangeiros 3,5 bilhões de euros, o que representava 9 mil euros por pessoa. Diante dos protestos populares, o chefe de Estado se recusou a assinar a lei, e decidiu submetê-la a referendo, no qual 93% dos islandeses a rejeitou. Submetida a novo referendo em março de 2010, a lei foi novamente rechaçada pelo povo. Diante disso, decidiu-se convocar uma Assembléia Constituinte, cujos membros, eleitos pelo povo, aprovaram finalmente uma nova Constituição para o país, referendada pelo povo.

Em suma, a reação do mundo oficial ao desafio da grande crise foi sofrível, senão nula. O mesmo, porém, não aconteceu com os grandes empresários, detentores do poder capitalista. Como sempre, eles impuseram aos governantes a aplicação de medidas excepcionais em seu próprio benefício; especialmente no setor financeiro, por triste coincidência o principal responsável pelo desastre.

Nos Estados Unidos, por exemplo, grandes empresas organizaram em 2010 uma associação para defesa dos usuários finais de derivativos (*Coalition for Derivatives End-Users*), a qual passou a agir vigorosamente junto ao Congresso norte-americano, a fim de impedir a promulgação de leis disciplinadoras dessa prática altamente especulativa.

Calculou-se que, até março de 2012, os Bancos Centrais do mundo todo já haviam socorrido as instituições financeiras em dificuldades com 8,8 trilhões de dólares. Nos primeiros doze meses da recessão mundial, os governos de diversas nações ricas despenderam mais recursos fiscais para cobrir as dívidas das instituições financeiras, do que o total mundialmente oferecido durante 50 anos para ajudar os países pobres.

Podemos, portanto, dizer que, ainda desta vez, o poder capitalista aplicou *ipsis verbis* a dura lição da parábola evangélica dos talentos: “a todo aquele que tem, mais lhe será dado e terá em abundância; mas daquele que não tem, até o que tem será tirado”.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Mateus 25, 29. Reproduzo em termos modernos o texto evangélico, vazado em linguagem semítica. Tanto no aramaico, a língua falada por Jesus, quanto em todas outras as línguas semíticas, não havia palavras apropriadas para exprimir certos matizes semânticos. O texto grego, único original dos Evangelhos de que dispomos, reproduz a conclusão alternativa da parábola sem matizes, na forma semítica: “a todo aquele que tem será dado e terá em abundância, mas daquele que não tem, até o que tem será tirado.” Já na versão latina da Vulgata, São Jerônimo procurou quebrar essa rigidez da parte final do texto: “ao que não tem, mesmo o que parece ter lhe será tirado” (*ei autem qui non habet, et quod videtur habere auferetur ab eo*).

Seja como for, o término da grande recessão mundial é imprevisível. Para esse estado de completa incerteza quanto ao futuro, muito contribui a atual inexistência de uma organização mundial de poderes, capaz de impor as políticas econômicas necessárias à realização do bem comum da humanidade, acima do interesse particular das grandes potências e do conjunto das macro-empresas capitalistas.

A depressão de 1929, nunca é demais insistir, só foi superada pelos efeitos paralelos de uma tragédia maior: a Segunda Guerra Mundial. Não é nada confortante pensar que, novamente agora, a solução da grande crise vá depender da futura ocorrência de algum acontecimento assustador desse tipo.